



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA
31 DE JULHO DE 2020 - N.º 15/2020 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos trinta e um dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a participação dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, António Moreira e Alzira Agostinho, em substituição de Sónia Sanfona. Secretariou a reunião Nuno Miguel Tendeiro Paulino, Dirigente Intermédio de 3º Grau da Unidade Orgânica Financeira da Câmara Municipal de Alpiarça.-----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do N.º2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:-----

Ponto 01 – Ratificação da Decisão da Comissão de Parceria das Águas do Ribatejo de Aprovar a Proposta de Alteração ao Tarifário para 2020.-----

Município de Alpiarça-----

Para Ratificação:-----

Ponto 02 – Proposta de Deliberação Sobre o Exercício do Direito de Preferência do Município na Alienação (em venda judicial) do Direito de Superfície dos Lotes 106 e 107 da Zona Industrial.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Ponto 03 – Proposta – Prorrogação do prazo das medidas aprovadas pelo Despacho N.º 2287, aprovado na Reunião de Câmara de 17 de Abril de 2020.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----



Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 04 – Proposta de atribuição de Subsídios às Associações Culturais e Desportivas do Concelho de Alpiarça.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Ponto 05 – Autorização de despesa para comparticipação de valores já despendidos pela CIMLT em contratos celebrados no âmbito do combate à pandemia causada pelo coronavírus e doença covid 19.-----

CIMLT-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente Informação:-----

ABERTURA DA REUNIÃO-----

----A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e quinze minutos, que cumprimentou todos os presentes e distribuiu de seguida o resumo diário de tesouraria referente ao dia trinta de Julho de dois mil e vinte, com um total de disponibilidades de 717.353,00 Euros (setecentos e dezassete mil, trezentos e cinquenta euros).----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

---O Presidente começou por dar algumas informações. Relativamente à evolução do covid 19 deu nota que continua a haver doze casos confirmados, sendo que há onze recuperados e um óbito, não havendo neste momento nenhum caso ativo. Informou de seguida que já foram lançados os procedimentos para as operações candidatas a financiamento dos fundos comunitários, a Escola EB 2,3 S de José Relvas, o Parque Ecológico dos Patudos, a Escola EB1/JI de Alpiarça, a Escola EB1/JI do Frade de Baixo e a 2ª Fase do Mercado Municipal.-----



----Nos termos do artigo 52.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o Senhor Presidente deu seguidamente a palavra aos Senhores Vereadores para tratamento de assuntos gerais da autarquia.-----

---Usou da palavra o Vereador António Moreira, que cumprimentou os presentes e agradeceu a preocupação pelo seu estado de saúde, que melhorou. Colocou de seguida uma questão sobre o Regulamento da Barragem, perguntando se já foi solicitada a sua publicação em Diário da República e se vai haver um novo protocolo com o Clube Desportivo “Os Águias”. Referiu-se a algumas habitações dos quarenta e seis fogos, propriedade do Município, afirmando que nestes casos a manutenção será da responsabilidade do senhorio. Disse ter conhecimento que em Janeiro de dois mil e vinte foi feito um ofício ao Município solicitando o arranjo do telhado do Bloco C1, cujo problema continua por resolver. Mencionou que em trinta de Agosto de dois mil e dezanove, um munícipe apresentou uma queixa relativamente a uma questão de ruído, na Rua Silvestre Bernardo Lima, junto de uma unidade comercial e que a resposta foi dada dez meses depois, quando as boas práticas do município dizem que estas situações devem ser resolvidas com a máxima rapidez possível. Disse ainda que na resposta ao munícipe a Câmara informou que iria solicitar à CIMLT a medição dos níveis de ruído e perguntou se isso foi feito. Transmitiu que, no seu entendimento, estas situações deviam ser tratadas com maior celeridade. Voltou a falar na questão do Vale de Tejeiros, que acha que começa a ser um assunto complicado, na qual o município se comprometeu a resolver o problema. Disse que para além do proprietário dos terrenos que confinam com o caminho público ter colocado em tempos um portão que vedava a sua passagem, colocou agora um segundo portão e perguntou se a Câmara tem conhecimento desta situação e se a autorizou. Questionou também quando se resolve um problema como este que lhe parece de fácil resolução.-----

---Intervio de seguida a Vereadora Alzira Agostinho que perguntou se o Executivo já tem alguma decisão sobre a realização ou não da Alpiagra 2020. Perguntou ainda, relativamente à obra do Mercado Municipal, se a questão que havia com a EDP já está resolvida e para quando a sua abertura ao público. Questionou também se existe alguma estrutura de apoio à integração dos migrantes que estão a chegar ao nosso concelho, sobretudo àqueles que se estão a fixar.-----





---O Presidente respondeu às questões colocadas, deixando algumas para os Vereadores Carlos Jorge Pereira e João Pedro Arraiolos responderem. Relativamente à queixa de ruído, disse que iria analisar a situação com os serviços, procurando saber o que está em causa e que depois prestaria as informações sobre o assunto. Disse que as questões de ruído, sobretudo fora do horário permitido e nas relações de vizinhança, tem mais a ver com as autoridades de segurança do que com a própria Câmara, que nestes casos não tem muitas condições para intervir. Em relação ao arranjo do caminho público de Vale de Tejeiros, confirmou que já foi assumido e que há a intenção de corresponder ao compromisso de fazer os passeios (parte deste trabalho já foi feito) e melhorar o piso. Quanto à colocação de um novo portão disse não ter nota dessa situação, que deverá ser verificada pela fiscalização municipal. Mencionou ainda que este Executivo sempre assumiu aquele espaço como um caminho público e que foi por isso que se avançou com um processo judicial, para reverter uma situação que já existia, de facto. Recordou que antes de dois mil e nove, ainda no mandato do Partido Socialista, já os proprietários tinham vindo à Câmara apresentar queixa dessa situação, que se prolongava há alguns anos. Afirmou que a Câmara irá agora procurar cumprir a sua parte, no sentido de recuperar o caminho para o domínio público, resolvendo o problema. Em relação à Alpiagra, disse que ainda não foi feito o anúncio formal, mas que esta não se irá realizar, considerando que não seria em pouco tempo que se iria preparar este certame, nos moldes a que estamos habituados. O atraso na tomada de decisão deve-se ao facto de se equacionarem alternativas, não nos moldes habituais, mas de uma forma diferente. Anunciou que se está a ver como, simbolicamente, se vai marcar o período em que se realizava a Alpiagra e como se pode promover a atividade económica e cultural do Concelho.-----

---O Vereador Carlos Jorge Pereira cumprimentou os presentes e respondeu à questão do Regulamento da Barragem, esclarecendo que neste momento o Regulamento encontra-se em consulta pública e que só depois de passado esse prazo e verificado se há sugestões que façam ou não sentido serem incluídas, será feita a publicação em Diário da República. Relativamente à questão da reabertura do Mercado, esta está prevista para o dia dois de Setembro, para dar o tempo suficiente aos vendedores de prepararem a mudança para o novo espaço. Sobre a questão dos quarenta e seis fogos, informou que já foram pedidos orçamentos para fazer a recuperação do telhado da casa referida, bem como outro de uma casa que não foi mencionada.-----





---O Vereador João Pedro Arraiolos cumprimentou os presentes e respondeu a algumas questões. Em relação à Barragem confirmou que o próprio Regulamento prevê a possibilidade de se estabelecer um protocolo com outras entidades, neste caso com o Clube Desportivo “Os Águias”, uma vez que é o único federado para a prática da pesca desportiva no Concelho. Não estando ainda nada definido, realçou no entanto que a experiência anterior foi uma experiência positiva, no sentido de que se está a falar de quem está mais vocacionado para aquele tipo de atividade, do que ser a própria Câmara a fazê-lo. Sobre a recuperação do telhado de uma habitação referiu que teve conhecimento desta situação no passado dia vinte e um, bem como de uma outra situação. Relativamente a uma estrutura de apoio para integrar migrantes salientou que não existe nenhuma estrutura específica para esse fim, o que existe é um Gabinete de Ação Social, composto por um técnico superior e uma assistente técnica, que dá apoio a toda a área social do Município, e todas as situações são enquadradas na rede social, em conjunto com o Instituto da Segurança Social e o próprio Gabinete de Educação, quando estão envolvidas crianças em idade escolar.-----

---A Vereadora Alzira Agostinho pediu a palavra para dizer que concorda com a decisão em relação à Alpiagra mas, de qualquer modo, como ainda não foi decidida a forma como se vai marcar o certame, acha que se deve conjugar com as novas tecnologias porque há uma grande faixa de público mais jovem e não só, que já está habituado com a pandemia à utilização das novas tecnologias. Por isso, acha que seria de se pensar na parte do virtual, para marcar a Alpiagra.-----

---O Presidente disse que o Executivo está perfeitamente de acordo e que as ideias têm passado muito por essa forma, pela utilização das novas tecnologias. Realçou no entanto que a ideia seria não ficar só por aí; devia haver mais qualquer coisa que assinalasse fisicamente, com a presença de pessoas, a Feira, mas considerando que isso é sempre muito complicado e que o Executivo tem discutido todas as possibilidades. Realçou que a preocupação não é tanto o elemento sanitário, embora seja um condicionante, mas acha que esta questão tem de se ultrapassar e que o país e as autarquias têm de dar sinais no sentido de, com as devidas precauções, retomar a atividade, senão o país para e chega-se a uma situação, ao nível económico e social, de grande depressão.-----

Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:-----





PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

Ponto 01 – Ratificação da Decisão da Comissão de Parceria das Águas do Ribatejo de Aprovar a Proposta de Alteração ao Tarifário para 2020.-----

Município de Alpiarça-----

Para Ratificação:-----

---O Presidente esclareceu que esta proposta tem a ver com a resposta ao problema económico e social das famílias e consumidores de água e saneamento, na nossa região. Trata-se de medidas já tomadas em Março de dois mil e vinte, em que empresa “Águas do Ribatejo” na altura tomou um conjunto de medidas que afetavam positivamente as famílias, as empresas e as instituições de solidariedade, com reduções nas tarifas. Deu nota que estas medidas foram aprovadas por um período de três meses e que o que a proposta apresenta agora é a extensão por mais três meses dessas mesmas medidas. Saliu que a proposta é do Conselho de Administração e foi aprovada por unanimidade na Comissão de Parceria das AR, que é o organismo que tem a competência de discutir e fixar as tarifas, sendo que, em última instância, os Municípios têm de ratificar a proposta.

---Não houve intervenções ou pedidos de esclarecimento.-----

---O Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido ratificada por unanimidade a Decisão da Comissão de Parceria das Águas do Ribatejo de Aprovar a Proposta de Alteração ao Tarifário para 2020.-----

Ponto 02 – Proposta de Deliberação Sobre o Exercício do Direito de Preferência do Município na Alienação (em venda judicial) do Direito de Superfície dos Lotes 106 e 107 da Zona Industrial.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

---O Presidente disse que se trata de dois lotes que já foram objeto de deliberações por parte da Câmara, de não exercício do direito de preferência, em dois mil e catorze e em dois mil e dezanove, sendo agora a proposta no mesmo sentido, ou seja, de a Câmara não exercer o direito de preferência, considerando até que a autarquia não tem condições para acompanhar o valor base.--





---Não havendo intervenções o Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado por unanimidade não exercer o Direito de Preferência do Município na Alienação (em venda judicial) do Direito de Superfície dos Lotes 106 e 107 da Zona Industrial.-----

Ponto 03 – Proposta – Prorrogação do prazo das medidas aprovadas pelo Despacho N.º 2287, aprovado na Reunião de Câmara de 17 de Abril de 2020.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

---O Presidente esclareceu que se trata de uma proposta para prorrogar o prazo de aplicação das medidas que o Município de Alpiarça tomou, relativamente a um conjunto de rendas, taxas e licenças e tarifas, da responsabilidade do Município. Deu nota que o Despacho é de vinte três de Março de dois mil e vinte, que foi ratificado pela Câmara em dezassete de Abril de dois mil e vinte e, entretanto, já houve uma prorrogação em vinte e cinco de Maio. A atual proposta é de nova prorrogação do prazo, em relação às medidas tomadas, por mais sessenta dias. Salientou que se está a falar concretamente da isenção do pagamento das rendas mensais das habitações propriedade do Município situadas no concelho de Alpiarça, da isenção do pagamento das rendas mensais dos espaços comerciais propriedades do Município, da isenção do pagamento de rendas mensais dos espaços concessionados pelo Município, da isenção do pagamento de rendas mensais dos espaços concedidos pelo Município, da isenção do pagamento de taxas pela utilização do espaço público para esplanadas, da isenção do pagamento de bancas e lojas do Mercado Municipal e da isenção do pagamento dos terrados do Mercado Semanal. Em relação às rendas mensais das habitações, a isenção está dependente da prova de perda de rendimentos.-----

---Não houve intervenções.-----

---O Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade a Prorrogação do prazo das medidas aprovadas pelo Despacho N.º 2287, aprovado na Reunião de Câmara de 17 de Abril de 2020, por um período de sessenta dias.-----

---Foi ainda deliberado remeter a proposta à Assembleia Municipal, para apreciação e votação.-----





Ponto 04 – Proposta de atribuição de Subsídios às Associações Culturais e Desportivas do Concelho de Alpiarça.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos apresentou a proposta. Referiu que esta proposta de atribuição de subsídios às Associações culturais e desportivas, normalmente costuma vir a Reunião de Câmara em Abril, e toda esta demora tem a ver um pouco com a forma como foi desenvolvida a atividade, considerando que esta foi desenvolvida de forma normal no primeiro trimestre, mas o segundo trimestre já teve uma atividade muito condicionada e mesmo diminuta, embora se verifique que algumas retomaram, com todos os condicionalismos. Entendeu-se no entanto que, num momento como este, se deveria manter o apoio que se tem prestado em anos anteriores, considerando que, mais que nunca, todas as Associações e Coletividades necessitam que se mantenha o apoio para manter a sua atividade, até porque acabam por ter alguma despesa acrescida devido a toda a situação da pandemia. Fez de seguida a leitura da proposta.-----

---O Presidente deu nota que, em termos globais, se está a falar do mesmo volume de apoio em relação ao ano anterior.-----

---O Vereador António Moreira perguntou o que é o Clube Náutico da Albufeira dos Patudos, uma vez que nunca tinha ouvido falar nisso.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos respondeu que se trata de um clube juridicamente criado, cujo Presidente é o munícipe Paulo Almeida, que integra também uma equipa de BTT e desenvolve atividade náutica, com atletas federados.-----

---O vereador António Moreira acrescentou que os subsídios ao Clube Desportivo “Os Águias”, ao Grupo de Dadores Benévolos de Sangue, à SFA 1º Dezembro, são sempre bem-vindos porque são clubes que fazem a formação dos jovens e que, de certa forma, substituem a autarquia nessa situação. Depois há outras Associações que, deduz, no caso do Núcleo de Cicloturismo de Alpiarça que vai receber uma verba por uma qualquer prova ou por ter participado numa qualquer festa da autarquia. Entende por isso que não basta as associações ou os clubes apresentarem um plano de atividades, mas devem também apresentar um relatório das atividades realizadas.-----



---A Vereadora Alzira Agostinho transmitiu que concorda com os pressupostos da proposta, considerando que esta ajuda é de extrema importância para o funcionamento das associações e coletividades. Mencionou que quando se diz que foram realizadas reuniões com duas associações, perguntou se com as outras não houve qualquer reunião durante o ano. Lembrou que já no ano anterior este assunto veio a discussão e na altura pensa que foi acordado que era importante apresentar os planos de atividades e, no final de cada ano, apresentar um relatório de avaliação das atividades realizadas. Entende que isso facilitaria muito a avaliação de todo este processo, porque desta forma não se sabe se se está a tomar uma decisão justa.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos é da opinião que esta situação terá de passar por uma revisão total do regulamento existente, considerando que já tem alguns anos. Referiu que já houve alterações legislativas desde que o regulamento de atribuição de subsídios foi publicado, e entende que este terá de passar por uma alteração profunda, proposta que terá de vir a Reunião de Câmara para discussão e para definição das normas de controlo. Recordou que os valores mais baixos são valores para apoiar o funcionamento das Associações e para a manutenção da sua atividade e, no caso de algumas como por exemplo os Ranchos Folclóricos, o maior apoio é nos transportes e na logística das suas iniciativas. Lembrou também que no caso da coletividade do Casalinho o valor é essencialmente para manutenção da atividade, porque quando realizam a festa há todo um envolvimento por parte do Município na concretização da mesma; no caso dos Dadores de Sangue há alguns anos que foi definido cerca de um euro por dador, mas cada vez que há uma dádiva de sangue existem apoios pontuais. Realçou que as verbas atribuídas estimulam o funcionamento e a manutenção das Associações, mas sempre que há uma atividade, o Município está presente e apoia as diversas iniciativas.-----

---O Presidente disse que, em relação aos planos de atividades, eles são entregues e estão disponíveis para consulta, assim como o próprio Regulamento também é público e pode ser consultado no site do Município. Observou ainda que num concelho como o nosso é muito fácil verificar se as atividades e as iniciativas se realizam ou não, até porque os membros do Executivo acompanham praticamente todas elas. Mostrou também alguma preocupação pelo período que se vive, de confinamento e de pandemia, que, se durar muito, não sabe o que vai ser do associativismo no país, sendo um setor que movimenta milhões de pessoas e que é duramente

atingido. Referiu que a estrutura é a mesma de há vários anos e que se procurou sempre manter ou aumentar o nível de apoio financeiro ao movimento associativo, ao longo dos anos, objetivo que foi plenamente atingido durante os mandatos dos Executivos desta maioria, tendo aumentado muito em relação à média de anos anteriores. Lembrou ainda que com o apoio logístico às associações e coletividades, o apoio global duplica, atingindo cerca de noventa mil euros.-----

---A Vereadora Alzira Agostinho valorizou o apoio ao associativismo mas reiterou que para aprovar este ponto gostaria que na próxima oportunidade viesse junto com a documentação os planos de atividades e depois que fossem disponibilizados os relatórios de avaliação.-----

---O Presidente colocou de seguida o ponto à votação, tendo a Proposta de atribuição de Subsídios às Associações Culturais e Desportivas do Concelho de Alpiarça, sido aprovada por unanimidade.--

Ponto 05 – Autorização de despesa para comparticipação de valores já despendidos pela CIMLT em contratos celebrados no âmbito do combate à pandemia causada pelo coronavírus e doença covid 19.-----

CIMLT-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente Informação:-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos clarificou que para fundamentar a transferência da comparticipação dos valores despendidos pela CIMLT e dos valores que cabem ao Município de Alpiarça, no âmbito das aquisições e dos contratos celebrados que foram feitos para o combate à pandemia do coronavírus, é necessário que essa transferência seja aprovada pela Câmara Municipal.-----

---Não houve pedidos de esclarecimento.-----

---O Presidente colocou de seguida o ponto à votação, tendo sido aprovada por unanimidade a Autorização de despesa para comparticipação de valores já despendidos pela CIMLT em contratos celebrados no âmbito do combate à pandemia causada pelo coronavírus e doença covid 19.-----

---O Vereador Carlos Jorge Pereira pediu a palavra para dar a informação que, durante o decorrer da reunião, recebeu a informação que a candidatura que foi enviada para a campanha de



esterilização foi rececionada, tendo sido atribuído um número de registo, e que a partir da próxima semana já se pode dar início à campanha de esterilização de animais de companhia.-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE-----

Não houve intervenções do público.-----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

----Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente, eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.-----

E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara Municipal

Mário Fernando A. Pereira

O Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação

Celestino Tomás Pereira Brasileiro

No uso de competência e poderes delegados/subdelegados por Despacho n.º XX/XXXX, datado de XX de XXXX de XXXX.
Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição

